

EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA NA ESCOLA¹

Rosiane Silveria Rodrigues Veloso Amorim
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - UFMA
Universidade Federal do Maranhão
rosiprofissional@hotmail.com

Bianca Bueno do Nascimento
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - UFMA
Universidade Federal do Maranhão
biancabueno.ef@gmail.com

Diomar das Graças Motta
Doutora pela Universidade Federal Fluminense -UFF
Universidade Federal do Maranhão
diomarmotta27@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho traz para a baila das discussões a educação escolar destacando uma de suas principais características - sexista. A abordagem apresenta como as ações desenvolvidas na escola imprimem nos corpos as representações de gênero. As formas de vivenciar a feminilidade e masculinidade são ditadas e assim comportamentos e estereótipos são construídos. Ao evidenciarmos essas construções existentes, também trazemos possibilidades de modificações. Desta forma, o objetivo do artigo é defender uma educação não sexista, como sendo condição essencial para o desenvolvimento da pessoa humana e de sua cidadania. Nosso referencial teórico constitui-se de autoras da linha de gênero como Nalu; Nobre (1997), Louro (2010) e Meyer ; Soares (2004). Esperamos com esta abordagem, contribuir na ampliação de trabalhos que versão sobre a defesa de uma educação escolar não sexista.

Palavras-Chave: Educação sexista. Escola. Gênero

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos elementos integrantes na construção das relações de gênero. Ela está presente desde o nascimento do ser humano e perdura pela sua existência. Assim, desde criança as meninas são ensinadas a como se comportar, a se vestir, a desenvolver a sensibilidade e a ocupar sempre um lugar secundário nos cargos de poder e de participação decisória, enquanto que os meninos são educados a serem racionais, fortes e líderes. Esta educação culminou na desigualdade de Gênero, tendo como maior prejudicada – a mulher, que é considerada frágil e inferior ao homem. Como mencionam Nalu e Nobre,(1997.p.10): “As crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes. Os atribuídos às mulheres não só diferentes dos do homem, são também desvalorizados.”

¹ Texto originado a partir do trabalho de conclusão de curso de Especialização - Gênero e Diversidade na Escola promovido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Na escola há diversas formas de discriminação baseadas no sexo, gerando atitudes e ações que diminuem, excluem, sub-representam e estereotipam as pessoas, privilegiando o masculino em detrimento ao feminino. Esta forma de educação sexista é fortalecida e apreendida de maneira sutil através dos livros didáticos, gêneros textuais e linguagem que transmitem normas, valores e ideologias. As crianças e os/as adolescentes aprendem dentro e fora da escola que homens e mulheres ocupam espaços diferenciados na sociedade e quando adultos e adultas acabam reproduzindo essas desigualdades. (LOURO, 2010).

Assim, trazemos nas páginas seguintes um pouco mais acerca dessa educação sexista que se produz e reproduz no espaço escolar, bem como propostas que possibilitem uma mudança de perspectiva educacional.

2 PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO SEXISTA

A escola é uma instituição construída pelas relações de gênero, ao mesmo tempo que produz os sujeitos que nela interagem, a partir de um conjunto de representações de gênero. (BRASIL, 2009).

Ela é, portanto, um espaço em que representações e significados acerca do masculino feminino, enquanto formas de classificação social, se constroem, se reproduzem, são aprendidas e ensinadas, ao mesmo tempo em que se legitima, de diferentes maneiras, pelas construções de gênero e por aquelas que se referem, por exemplo, à orientação sexual, às questões geracionais e de classe social (BRASIL, 2009, p. 45).

Essas representações de gênero são perceptíveis em diversas atividades, basta que passemos a analisar o espaço escolar como um observatório de gênero. Foi com este olhar que identificamos situações *in locus*, ao realizarmos uma pesquisa em 2014, ainda na graduação intitulada **“De que brincas? Uma análise das brincadeiras de faz- de- conta na educação infantil à luz das relações de gênero”**² (AMORIM, 2014). O objetivo da tessitura investigativa era analisar as brincadeiras de faz-de-conta na Educação Infantil e seu contributo no fortalecimento ou desconstrução dos estereótipos nas relações de gênero.

Na ocasião, podemos presenciar crianças sendo impedidas de compartilhar brinquedos, porque eram de “meninos ou de meninas”, Brincadeiras que representavam o papel do homem e da mulher na sociedade; falas indicativas de violência dos meninos em relação às meninas por não

² Monografia elaborada para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (CDU: 372.3:79).

obedecê-los nas atitudes por eles estipulados e o papel da religião na formação dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Exemplificando esta última situação: Um dos meninos ao ouvir o questionamento de por que menino não brinca de boneca, revelou: “Porque Papai do céu não gosta”³. Percebemos que a escola continua no desempenho de função de modeladora de corpos, tendo a disciplina uma de suas principais estratégias interventivas. Vejamos o que Foucault (2013, p. 133), nos diz sobre esta estratégia: “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis” ”.

Embora a intervenção escolar sobre os comportamentos estereotipados de menino e de menina seja mais evidenciada na Educação Infantil, no sentido de reforçá-los e de combate às transgressões, isto não a exime de que nos outros níveis de ensino as sanções não aconteçam de forma mais sutil: A não oferta para as meninas de esportes que são considerados “de meninos (futebol e lutas marciais)”; as críticas severas à indisciplina feminina; a permissividade à difusão de discursos de gênero preconceituosos são alguns exemplos.

A escola nesta condição de reguladora promove a internalização, de padrões de conduta do masculino e do feminino por meio de seu currículo oculto, tornando este processo difícil de ser ressignificado, ou seja, há todo um conjunto de procedimentos que conduz alunos e alunas na trilha do que é permitido socialmente para homens e mulheres. “A escola, em geral, não disponibiliza alternativas de masculinidade e feminilidade, preocupando-se apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo “a” referência.” (MEYER ; SOARES, 2004, p.33).

Louro (2010, p.64) observa que:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. (LOURO, 2010, p.64).

Romper com este tipo de educação é um grande desafio, pois implica em políticas educacionais que:

[...] visam atuar nas práticas escolares, nas suas rotinas, nos currículos, nos materiais didáticos e paradidáticos para combater as desigualdades que atingem as diferentes mulheres e que atuam na perpetuação de práticas sexistas, racistas [...] (BRASIL, 2008, p. 56).

Para que ocorra essa ruptura, faz-se necessário investir na política de formação inicial e continuada de profissionais de educação sobre gênero, pois no cotidiano escolar há muitas práticas exercidas por estes agentes da educação, que reiteram preconceitos e discriminações relacionados

³ Trecho de um relato durante a nossa pesquisa na escola.

“[...] às dimensões de gênero, identidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, origem regional e sócio-econômica, entre outros aspectos” (BRASIL, 2008, p.56).

Neste sentido, precisamos eliminar da prática educativa todos os estereótipos com criticidade, sejam eles sexistas ou racistas, devendo o/a professor/a observar essas prerrogativas na hora da escolha do material didático, visando não deformar, mas formar o e a educando/a para que este reconheça a diversidade de papéis sociais, sem imagens caricaturais (LOURO, 2010).

Uma pesquisa realizada em 2005, pelo Banco Mundial sobre a questão de Gênero no Brasil, traz recomendações acerca dos estereótipos relacionados a questão, difundidos na escola, que comprometem a vida social e profissional de meninos e meninas. Vejamos:

Esses estereótipos podem minar as escolhas de carreiras por parte de meninas ao incentivar um comportamento dócil entre elas e prejudicar o desempenho dos meninos na escola, assim como contribuir para o comportamento agressivo entre meninos. Medidas específicas incluem o desenvolvimento de módulos de treinamento para professores sobre os estereótipos relacionados a gênero transmitidos pela educação e sua eliminação dos livros didáticos e de outros materiais de sala de aula. (BANCO MUNDIAL, 2005, p.156).

Na perspectiva de políticas educacionais na dimensão de gênero, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres traça algumas prioridades, elencadas a seguir:

2.1. Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;
2.2. Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;
[...], 2.4. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino; (BRASIL, 2008, p.62).

Visando fortalecer as políticas educacionais, na perspectiva de gênero, pesquisadoras desta linha, como Sirlene da Silva e Zeila Albuquerque (2008), sugerem práticas para uma educação não sexista, destacamos algumas:

Promover debates com os (as) estudantes acerca das representações encontrados nos materiais didáticos, assim como em filmes, revistas, novelas e jornais.
A partir da leitura de textos sexistas e racistas, produzir novos textos com linguagens não-sexistas e não-racistas.
Desenvolver trabalhos sobre gênero em todas as disciplinas, a fim de refletirem, por exemplo, o porquê de existirem poucas mulheres nas Ciências em geral e na História, em especial, para que daí possa se pensar em novos modos de fazer a história [...] (SILVA; ALBUQUERQUE, 2008, p.44).

Estas sugestões elaboradas pelas autoras são algumas essenciais entre tantas outras que podem e devem ser praticadas pelo corpo docente, no sentido de contribuir para a promoção de uma

educação não sexista e no fortalecimento da implementação de políticas públicas educacionais, voltadas para as questões de gênero.

3 CONCLUSÃO

Decerto, quando analisamos a educação escolar sob a lente das relações de gênero, é notório que ela se caracteriza por ser uma educação sexista, onde as noções de gênero são inscritas nos corpos dos alunos e alunas. As ações desenvolvidas na escola expressam essa característica.

Entretanto, esse processo de escolarização excludente e desigual demanda transformações urgentes. Não podemos conceber que ele permaneça indiferente aos avanços e conquistas sociais sobre as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia. A efetivação de políticas educacionais para as questões de gênero contribuirá nesse percurso de mudanças. A escola pode ser um agente transformador, onde crianças, adolescentes, adultos/as, possam conviver, e aprender com uma educação que promova a equidade de gênero, e combata o sexismo. Fatores essenciais no desenvolvimento da cidadania. Só assim, poderemos transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosiane Silveria Rodrigues Veloso. **De que brincas? Uma análise das brincadeiras de faz-de-conta na educação infantil à luz das relações de gênero.** – São Luís, 2014.

BANCO MUNDIAL. **A questão de gênero no Brasil.** Brasil: Banco Mundial, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.** Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: Cepesc, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

NALU, Faria; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. Coleção CadernosSempreviva. São Paulo: SOF, 1997.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; ALBUQUERQUE, Zélia Sousa de. Gênero e Sexualidade na Escola: uma abordagem necessária. In: Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Mulher, Educação e Relações de Gênero – GEMGe. **Gênero em debate**: construindo e compreendendo a teoria feminista no cotidiano escolar. São Luís: Edefma, 2008.